

2026

OFICINAS DE
**PESQUISA
E JURISPRUDÊNCIA**

2º SEMESTRE

Sumário

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência	4
Informações gerais	4
Apresentação do curso	4
Formas de avaliação	5
Materiais de leitura	6
Informações administrativas	7
Coordenação acadêmica	7
Cronograma de aulas	8
Leituras e materiais didáticos	12
Oficina de jurisprudência Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios	12
Oficina de pesquisa Interdisciplinaridade e direito comparado	12
Atividade Extraclasse Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld	12
Oficina de jurisprudência Direito, economia política e a agenda de corrupção	12
Oficina de pesquisa 1ª Discussão de trabalhos	12
Atividade Extraclasse Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visita e acompanhamento da Sessão de Julgamento	13
Seminário no Insper (evento Insper + sbdp) Direito, Economia Política e a agenda de inovação	13
Oficina de jurisprudência Regulação da indústria de alimentos	13
Oficina de Pesquisa 2ª Discussão de trabalhos	13
Oficina de Jurisprudência Economia Política, Desenvolvimento e Pobreza	14
Oficina de Pesquisa 3ª Discussão de trabalhos	14
Oficina de Jurisprudência Parceria Público-Privada na Educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?	14
Oficina de Pesquisa 4ª Discussão de trabalhos	14
Oficina de jurisprudência Terceirização no Serviço Público	14
Oficina de pesquisa 5ª Discussão de trabalhos	14
Oficina de jurisprudência O STF precisa de um Código de Ética?	15
Oficina de Pesquisa 6ª Discussão de trabalhos	15
Oficina de jurisprudência O tempo como fator de solução administrativa	15
Oficina de Pesquisa 7ª Discussão de trabalhos	15
Oficina de jurisprudência Inteligência Artificial Aplicada a serviços Públicos: a experiência do CADE	15
Oficina de Pesquisa 8ª Discussão de trabalho	16
Atividade Extraclasse VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público	16
Oficina de jurisprudência Gestores Públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF	16
Oficina de Pesquisa 9ª Discussão de trabalhos	16
Oficina de jurisprudência Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets	16
Oficina de Pesquisa Pesquisa jurídica aplicada	17
Open Day EFp 2026 Violação dos Direitos Humanos no sistema socioeducativo: o caso das Fundações Casa no Espírito Santo	17
Oficina de Jurisprudência Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal	17

Oficina de Pesquisa Os bastidores da História: como o STF chegou até aqui?	17
Oficina de Jurisprudência Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil	17
Oficina de Pesquisa Encerramento do Semestre	17

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

2º semestre de 2026

Informações gerais

Apresentação do curso

A Escola de Formação Pública tem como objetivo oferecer aos alunos de graduação em Direito, de diferentes instituições e estágios de formação, uma experiência anual, introdutória e transversal, voltada ao desenvolvimento de competências de leitura jurídica, interpretação institucional e reflexão crítica.

A proposta pedagógica articula dois movimentos complementares.

No primeiro, constrói-se uma base comum por meio da leitura e da análise de acórdãos, com especial atenção às decisões do Supremo Tribunal Federal, abordadas como textos argumentativos situados em contextos jurídico, institucional e político. Nesse percurso, os estudantes entram em contato com os caminhos de acesso ao STF, conceitos básicos de controle de constitucionalidade, procedimento, estrutura e precedentes, bem como com as distintas formas de resposta institucional da Corte, analisando criticamente a consistência dos argumentos, o processo decisório e a influência de fatores externos às decisões.

No segundo movimento, o curso assume caráter exploratório, promovendo um vôo panorâmico por áreas e problemas centrais do Direito contemporâneo, com mergulhos pontuais em temas selecionados a partir de casos, decisões judiciais e textos de referência. Essa etapa visa ampliar o repertório dos estudantes e estimular a formulação de perguntas de pesquisa e de temas para monografias.

O curso não pretende esgotar conteúdos dogmáticos, mas oferecer instrumentos de leitura, interpretação e problematização, contribuindo para a autonomia intelectual e a formação crítica das/dos estudantes.

Ao final do semestre, as/os estudantes deverão ser capazes de:

- compreender conceitos fundamentais do controle de constitucionalidade, do diálogo institucional e do processo decisório do STF;
- analisar criticamente decisões judiciais, avaliando a consistência e a coerência dos argumentos;
- relacionar a atuação do STF e dos órgãos de controle ao desenvolvimento do direito público brasileiro;
- planejar, desenvolver e apresentar um projeto de pesquisa com rigor metodológico e atenção ao caráter empírico.

Formas de avaliação

As/os estudantes serão avaliadas/os em três frentes:

- (i) **frequência**, com exigência mínima de 80% em cada semestre;
- (ii) **participação nos debates em sala de aula**;
- (iii) **trabalho final**, consistente em projeto de iniciação científica ou monografia, apresentado ao final do segundo semestre.

O acompanhamento é contínuo e envolve tutoria individual, conversas com a Coordenação, orientação de pesquisa, discussões coletivas dos projetos e relatórios parciais, bem como banca de avaliação da monografia ao final do curso.

O desempenho será avaliado segundo os seguintes critérios:

Excelente

Empenho, assiduidade e respeito; organização nas leituras e na pesquisa; participação qualificada nos debates; raciocínio crítico consistente; e elaboração de monografia metodologicamente sólida, relevante e apta a subsidiar novas pesquisas.

Bom

Empenho e assiduidade; organização nas leituras e na pesquisa; participação pertinente nos debates; capacidade de identificar e articular problemas centrais; e elaboração de monografia metodologicamente consistente.

Insatisfatório

Descumprimento da frequência mínima; ausência de engajamento nas atividades; participação irrelevante ou inexistente nos debates; desrespeito aos colegas ou à coordenação; ou não entrega (ou entrega incompleta) da monografia.

Materiais de leitura

Os materiais de leitura dividem-se em três categorias:

- (i) **obrigatórios**, indispensáveis para acompanhamento e participação nas aulas;
 - (ii) **complementares**, relacionados diretamente ao tema de cada encontro;
 - (iii) **de formação**, destinados ao aprofundamento e à ampliação do repertório teórico.
-

Informações administrativas

Duração: programa anual.

Carga horária: 73h e 20 minutos (40 horas-aula).

Período: de 31/07/2026 a 27/11/2026 (segundo semestre).

Dias e horários:

- **sextas-feiras;**
- **14h00 – 15h40 – Oficina de Jurisprudência ("J");**
- **16h00 – 17h40 – Oficina de Pesquisa ("P").**

Sala: 401PB AB

Frequência mínima: 80% das sessões de cada atividade que compõem a Escola de Formação Pública.

Materiais didáticos: disponíveis no site da SBDP (www.sbdp.org.br) ou enviados por e-mail.

Comunicação: ef.sbdp@gmail.com Para outras informações, consultar a Coordenação e o Termo de Compromisso do curso.

Coordenação acadêmica

Clarissa Ferreira de Melo Mesquita

Doutora em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa Avançado em Gestão Pública no INSPER. Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Contato: clamelomesquita@uol.com.br

Yasser Reis Gabriel

Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados. Contato: yasser@sundfeld.adv.br

Abel Costa Marinho

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Aluno da Escola de Formação da sbdp (2024). Pesquisador pelo Núcleo Público da FGV Direito São Paulo. Contato: abelcomari@gmail.com

Cronograma de aulas

Data **Tema** **Professor(a)**

Bloco 1 — Estado, Mercado, Regulação e Economia Política

31/07 (Abertura)	Visita de Formação: Museu Judaico	
07/08	(J) Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios	Clarissa Mesquita
	(P) Interdisciplinaridade e direito comparado	Victoriana Gonzaga
13/08 (Quinta-feira)	Atividade opcional: Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld	
14/08	(J) Inteligência artificial aplicada a serviços públicos: a experiência do CADE	Carolina Saito
	(P) 1ª Discussão de trabalhos: • Elis Medina, Regulação econômica dos fundos de investimento: uma análise comparada entre STF, STJ e CVM. • Rayssa Gomes, A Autonomia do Banco Central e a Ordem Econômica Constitucional (ADI 6696): Uma análise da LC 179/2021 à luz dos princípios da CF/88 • Victor Rodrigues, O Estado acionista: padrões decisórios da CVM em processos envolvendo sociedades de economia mista	Equipe sbdp + convidado Francisco Cavalcanti (Mestrado Acadêmico FGV Direito SP)
20/08 (Quinta-feira)	Atividade opcional: Tribunal Regional Federal da 3ª Região	
21/08	(J) Regulação da saúde mental nas escolas (Evento sbdp + insper)	Rafael Belém
	(P) Roda de conversa sobre Direito, economia política e a agenda de inovação (Evento sbdp + insper)	Maria Carolina Foss e convidados
28/08	(J) Regulação da indústria de alimentos	Diogo Coutinho
	(P) 2ª Discussão de trabalhos: • Victoria Paik, Estruturas societárias piramidais como problema de regulação pública: os limites da CVM diante do controle indireto no caso JBS • Eduardo Grasso, Uma análise do julgamento do STF nos Temas 966 e 976 • Maria Eduarda Lopes, TEMA 698: Fragilizador da separação de poderes ou indutor de políticas públicas?	Equipe sbdp + convidado Lucas Macedo (Mestrado Acadêmico FGV Direito SP)
04/09	(J) Economia política, desenvolvimento e pobreza	Luciana Ribas
	(P) 3ª Discussão de trabalhos: • Marina Maria, O "Fatiamento" das Estatais: O Paradoxo da ADI 5624 e a Desestatização Indireta. • Vitória Alves, A constitucionalização excessiva da administração pública no Brasil: uma análise crítica da PEC 38/2025. • Camila Moreira, A responsabilidade civil dos provedores de aplicação e a liberdade de expressão após a reinterpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a proteção de crianças e adolescentes no	Equipe sbdp + convidado Lucas Schiozer (Gerente Jurídico na Pars S.A)

	ambiente digital: tensionamento entre liberdade de expressão, vedação à censura e o “ECA Digital”.	
--	--	--

Bloco 2 — Administração Pública em Reforma

11/09	(J) Gestores públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF	Juliana Palma
	(P) 4ª Discussão de trabalhos: • João Candido, Os contornos da liberdade acadêmica à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. • Larissa Vitória, Proteção de dados pessoais e persecução penal no STF: uma análise dos critérios constitucionais na ponderação entre privacidade e eficiência. • José Rafael, O legado da ADPF 672 no federalismo sanitário pós-pandêmico do STF.	Equipe sbdp + convidado Laura Kirsztajn (EFp 2018)
18/09	(J) Terceirização no serviço público	Olívia Pasqualetto
	(P) 5ª Discussão de trabalhos: • Isaías Carvalho, Identidade de Gênero e Execução Penal: uma análise empírica da jurisprudência brasileira sobre a alocação prisional de mulheres trans. • Ísis Feitoza, Implicações de gênero no Supremo Tribunal Federal: análise dos impactos da sub-representação feminina em debates no Plenário. • Vitória Rondelo, A ineficiência da ADPF 347, perante os Tribunais de Justiça da cidade de São Paulo, durante a pandemia do COVID-19.	Equipe sbdp + convidado Caio Gentil (EFp 2011)
25/09	(J) Código de Ética para o STF	Carlos Ari Sundfeld
	(P) 6ª Discussão de trabalhos: • Arthur Vaie, Até que ponto o Supremo Tribunal Federal pode delegar a construção da interpretação conforme à Constituição à vontade das partes em um processo de controle concentrado? Uma análise sobre o risco de ‘privatização’ da hermenêutica constitucional na ADI 7.385. • Giulia Bodini, O STF como legislador negativo: uma análise comparada de seu entendimento 20 anos depois. • Maria Carolina, A instrumentalização do processo legislativo: uma análise do constitucionalismo abusivo na lei 19.722/SC.	Equipe sbdp + convidado Adriano Ferreira (EFp 2016)
02/10	(J) O tempo como fator da solução administrativa	Camila Nardin de Castro Neves
	(P) 7ª Discussão de trabalhos: • Vinicius Harada, Justiça, separação de poderes e federalismo: a inconstitucionalidade das Constituições Estaduais do regime de 1946. • Ana Karoline, O STF e a inconstitucionalidade da tese da “legítima defesa da honra” em casos de feminicídio no Brasil- Uma ruptura das estruturas patriarcais no direito penal brasileiro.	Equipe sbdp + convidado Carlos Negri (EFp 2021)

09/10	(J) Direito, economia política e a agenda de corrupção	Raquel Pimenta
	(P) 8ª Discussão de trabalhos : • Eduarda Góes, Diálogos institucionais e a proteção dos direitos humanos: como o STF utiliza a Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus precedentes nos julgados sobre violência racial? • Ariane Minetto, O rito do julgamento das contas presidenciais: reflexos jurídicos e políticos da mora legislativa.	Equipe sbdp + Letícia Gongora (EFp 2021)
15/10 (Quinta-feira)	Atividade opcional: VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público	
16/10	Visita de formação: Comitê paralímpico	

Bloco 3: Direitos Fundamentais, Instituições e Novas Arenas Regulatórias

23/10	(J) Parcerias público-privadas na educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?	Mariana Vilella
	(P) 9ª Discussão de trabalhos : • Vitório Correia, A imprescritibilidade do ressarcimento ao erário no TCU e no STF: uma análise jurisprudencial à luz do Tema 899. • Giovanna Garcia, Como o TCU interpreta e interfere nas dissonâncias do ciclo de vida dos contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs)? • Tiago Henrique, Consensualismo no controle da infraestrutura pública federal, especialmente no contexto de concessões e PPPs.	Equipe sbdp + convidado Bruna Nerl (EFp 2021)
30/10	(J) Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets	André Rosilho
	(P) Pesquisa jurídica aplicada	Luciana de Oliveira Ramos
06/11	Open Day EFp 2026 "Violação dos direitos humanos no sistema socioeducativo: o caso das Fundações Casa no Espírito Santo".	Mariana Albuquerque Zan
13/11	(J) Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal.	Desembargador Márcio José de Moraes
	(P) Os bastidores da história: como o STF chegou até aqui?	Conrado Hubner Mendes
20/11	Feriado – Consciência Negra	
22/11 (Domingo)	Entrega da monografia	

27/11 (Encerramento do semestre)	(J) Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil	Lucas Herzog
	(P) Encerramento do semestre	Equipe sbdp

Bloco 4: Encerramento

Semana de 01/12 a 04/12	Bancas
De 07/12 a 10/12 (2ªf → 5ªf)	Viagem à Brasília • 07/12 (2ªf): chegada e check-in • 08/12 (3ªf) e 09/12 (4ªf): atividades pela manhã e pela tarde • 10/12 (5ªf): atividade pela manhã. Checkout e retorno

Leituras e materiais didáticos

Visita de Formação | Museu Judaico

- o A partir das 14h
- o Rua Martinho Prado, 128
- o Estacionamento conveniado: Rua Avanhandava, 65; embaixo do Oxxo

Oficina de jurisprudência | Atividade econômica vs. serviço público: é possível a separação? O caso da ADPF dos Correios

- Apresentação do programa do 2º semestre;

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 46/DF: - Ementa, acórdão, relatório e extrato de ata (p. 20-40; p. 225-227)
- Voto Min. Eros Grau (p. 87-93)
- Voto Min. Marco Aurélio (p. 41-86)
- Voto Min. Gilmar Mendes (p. 116-117; p. 201-224)

Preparação complementar:

- Íntegra do acórdão
- ADPF-ED46/DF
- Petição inicial (p. 1-5)
- MESQUITA, Clarissa Ferreira de Melo. O regime jurídico do setor postal: desafios contemporâneos e perspectivas para o setor, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Oficina de pesquisa | Interdisciplinaridade e direito comparado

Preparação básica (obrigatória):

Atividade Opcional | Conversa com Clarissa Gross mediada por Carlos Ari Sundfeld

Atividade opcional:

- o 18h30 às 20h00
- o Centro de Debate de Políticas Públicas – CDPP
- o Av. São Gabriel, 477

Oficina de jurisprudência | Inteligência artificial aplicada a serviços públicos: a experiência do CADE

Preparação básica (obrigatória):

-

Preparação complementar:

-

Leitura de formação:

-

Oficina de pesquisa | 1ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Elis Medina, Regulação econômica dos fundos de investimento: uma análise comparada entre STF, STJ e CVM.
- Rayssa Gomes, A Autonomia do Banco Central e a Ordem Econômica Constitucional (ADI 6696): Uma análise da LC 179/2021 à luz dos princípios da CF/88.
- Victor Rodrigues, O Estado acionista: padrões decisórios da CVM em processos envolvendo sociedades de economia mista.

Preparação complementar:

-

Leitura de formação:

-

Atividade Opcional | Tribunal Regional Federal da 3ª Região: Visita e acompanhamento da Sessão de Julgamento

- o A partir das 14h
- o Avenida Paulista, 1842

Preparação básica (obrigatória):

- Checar pauta

Seminário no Insper (evento Insper + sbdp) | Regulação da saúde mental nas escolas | Direito, Economia Política e a agenda de inovação

Preparação básica (obrigatória):

- X

Oficina de jurisprudência | Regulação da indústria de alimentos

Preparação básica (obrigatória):

-

Preparação Complementar:

-

Leitura de Formação:

Oficina de Pesquisa | 2ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Victoria Paik, Estruturas societárias piramidais como problema de regulação pública:

- os limites da CVM diante do controle indireto no caso JBS.
- Eduardo Grasso, Uma análise do julgamento do STF nos Temas 966 e 976.
- Maria Eduarda Lopes, TEMA 698: Fragilizador da separação de poderes ou indutor de políticas públicas?

Oficina de Jurisprudência | Economia Política, Desenvolvimento e Pobreza

Preparação básica (obrigatória):

-

Oficina de Pesquisa | 3ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Marina Maria, O "Fatiamento" das Estatais: O Paradoxo da ADI 5624 e a Desestatização Indireta.
- Vitória Alves, A constitucionalização excessiva da administração pública no Brasil: uma análise crítica da PEC 38/2025.
- Camila Moreira, A responsabilidade civil dos provedores de aplicação e a liberdade de expressão após a reinterpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital: tensionamento entre liberdade de expressão, vedação à censura e o "ECA Digital".

Oficina de Jurisprudência | Gestores públicos têm direito ao erro? O art. 28 da LINDB e o julgamento da MP 966 no STF

Preparação básica (obrigatória):

-

Oficina de Pesquisa | 4ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- João Candido, Os contornos da liberdade acadêmica à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- Larissa Vitória, Proteção de dados pessoais e persecução penal no STF: uma análise dos critérios constitucionais na ponderação entre privacidade e eficiência.
- José Rafael, O legado da ADPF 672 no federalismo sanitário pós-pandêmico do STF.

Oficina de jurisprudência | Terceirização no Serviço Público

Preparação básica (obrigatória):

-

Oficina de pesquisa | 5ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Isaías Carvalho, Identidade de Gênero e Execução Penal: uma análise empírica da jurisprudência brasileira sobre a alocação prisional de mulheres trans.
- Ísis Feitoza, Implicações de gênero no Supremo Tribunal Federal: análise dos impactos da sub-representação feminina em debates no Plenário.
- Vitória Rondelo, A ineficiência da ADPF 347, perante os Tribunais de Justiça da cidade de São Paulo, durante a pandemia do COVID-19.

Oficina de jurisprudência | Código de Ética para o STF

Preparação básica (obrigatória):

Preparação complementar:

-

Oficina de Pesquisa | 6ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Arthur Vaie, Até que ponto o Supremo Tribunal Federal pode delegar a construção da interpretação conforme à Constituição à vontade das partes em um processo de controle concentrado? Uma análise sobre o risco de 'privatização' da hermenêutica constitucional na ADI 7.385.
- Giulia Bodini, O STF como legislador negativo: uma análise comparada de seu entendimento 20 anos depois.
- Maria Carolina, A instrumentalização do processo legislativo: uma análise do constitucionalismo abusivo na lei 19.722/SC.

Oficina de jurisprudência | O tempo como fator de solução administrativa

Preparação básica (obrigatória):

-

Preparação complementar:

- D

Oficina de Pesquisa | 7ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Vinicius Harada, Justiça, separação de poderes e federalismo: a inconstitucionalidade das Constituições Estaduais do regime de 1946.
- Ana Karoline, O STF e a inconstitucionalidade da tese da "legítima defesa da honra" em casos de feminicídio no Brasil- Uma ruptura das estruturas patriarcais no direito penal brasileiro.

Oficina de jurisprudência | Direito, Economia Política e a Agenda de Corrupção

Preparação básica (obrigatória)

-

Leitura Complementar:

-

Oficina de Pesquisa | 8ª Discussão de trabalho

Preparação básica (obrigatória):

- Eduarda Góes, Diálogos institucionais e a proteção dos direitos humanos: como o STF utiliza a Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus precedentes nos julgados sobre violência racial?
- Ariane Minetto, O rito do julgamento das contas presidenciais: reflexos jurídicos e políticos da mora legislativa.

Atividade Opcional | VIII Vitrine de Pesquisa do Núcleo Público

Preparação básica (obrigatória):

-

Leitura Complementar:

-

Visita de Formação | Comitê Paralímpico

- o
- o

Oficina de jurisprudência | Parcerias público-privadas na educação: é constitucional a gestão privada de escolas públicas?

Preparação básica (obrigatória):

-

Leitura Complementar:

-

Leitura de Formação:

-

Oficina de Pesquisa | 9ª Discussão de trabalhos

Preparação básica (obrigatória):

- Vitório Correia, A imprescritibilidade do ressarcimento ao erário no TCU e no STF: uma análise jurisprudencial à luz do Tema 899.
- Giovanna Garcia, Como o TCU interpreta e interfere nas dissonâncias do ciclo de vida dos contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs)?

- Tiago Henrique, Consensualismo no controle da infraestrutura pública federal, especialmente no contexto de concessões e PPPs.

Oficina de jurisprudência | Loterias e apostas: de quem é a competência para explorar e controlar? O caso da ADPF 1212 e das Bets

Preparação básica (obrigatória):

-

Preparação complementar:

-

Oficina de Pesquisa | Pesquisa jurídica aplicada

Preparação básica (obrigatória):

Open Day | EFp 2026 | Violação dos Direitos Humanos no sistema socioeducativo: o caso das Fundações Casa no Espírito Santo

Preparação básica (obrigatória):

-
-

Preparação complementar:

ACRESCENTAR

Oficina de Jurisprudência | Responsabilidade da União pelos crimes da Ditadura Militar: o caso Vladimir Herzog na Justiça Federal

Preparação básica (obrigatória):

-
-

Preparação complementar:

ACRESCENTAR

Oficina de Pesquisa | Os bastidores da História: como o STF chegou até aqui?

Preparação básica (obrigatória):

Oficina de Jurisprudência | Fidelidade partidária e interações Judiciário-Legislativo no Brasil

Preparação básica (obrigatória):

-
-

Preparação complementar:

ACRESCENTAR

Oficina de Pesquisa | Encerramento do Semestre

Preparação básica (obrigatória):